

LINEAR  
COMUNICAÇÃO

TEL: 225-3566

FAX: 226-3007

JORNAL CORREIO DA BAHIA - BA

DATA 28 SET 2000

PAG: 02

CADERNO BRASIL 199

PARÁ

## Caiapós exigem dinheiro de madeira para soltar reféns

**BELÉM** - Os índios caiapós exigem que o governo federal envie o dinheiro arrecadado com um leilão de mogno extraído ilegalmente de suas terras em 1996 para libertar os 40 reféns - um delegado da Polícia Federal, 20 agentes, e 19 fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O grupo foi aprisionado anteontem, na aldeia Puicararanca, em São Félix do Xingu, no sul do Pará. O Ibama ficou com o dinheiro e não deu nenhuma satisfação aos índios, que agora estão cobrando", disse o ministrador do posto da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Redenção, cacique Tokran Caiapó. Ele disse que os reféns estão sendo bem tratados e desmentiu informações sobre supostos maus-tratos.

O grupo foi surpreendido no final da manhã de anteontem por mais de cem caiapós armados quando fiscalizava a retirada ilegal de madeiras nobres, principalmente mogno, de dentro da reserva. A operação foi planejada desde agosto passado e conta com a participação de 15 policiais federais de Brasília e seis de Marabá, comandados pelo delegado Marco Aurélio. Tokran

informou que hoje deve chegar a Redenção do chefe do posto da Funai em Colider (MT), Megaron Txucarramãe. Então os dois devem seguir para a aldeia, distante duas horas e meia de avião, para negociar a libertação dos servidores federais.

Em Brasília, as assessorias da Funai, do Ibama e da Polícia Federal negaram que seus funcionários estejam como reféns dos índios. Não é essa a mensagem que os caiapós têm passado por rádio para Tokran em Redenção. "O pessoal está proibido de sair e é por isso que eu e o Megaron vamos para lá", disse o cacique.

Ele desconversou quando perguntado se os índios continuam negociando a venda de mogno para madeireiras de Redenção e de São Félix do Xingu: "Desconheço o problema e nunca soube disso". De 1998 até julho deste ano, a Procuradoria da República, em Marabá, abriu 25 processos sobre extração ilegal de madeira em áreas indígenas do sul do Pará. Várias madeireiras de São Félix do Xingu respondem a processo por contrabando de mogno extraído com a conivência dos índios das reservas caiapó e parakana.